

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 01 - Instituições e Poder: Parentescos e Genealogia

Prosopografia e genealogia da classe dominante no Paraná no Caso Vila Domitila
(1871–1945): instituições, parentelas e produção documental do poder

André Luiz Perroud Silva de Oliveira¹

Mônica Helena Harrich Silva Goulart²

INTRODUÇÃO

O Caso Vila Domitila, em Curitiba, constitui um objeto privilegiado para a análise das relações entre classe dominante, instituições estatais, parentelas e produção documental do poder no Paraná. O recorte adotado neste artigo compreende o período entre 1871 e 1945, da Carta Foreira outorgada a Tertuliano Teixeira de Freitas à vinculação da área ao IAPC (3º Ofício de Notas de Curitiba, 1944; Câmara Municipal de Curitiba, 1871). Mais do que acompanhar uma sucessão formal de títulos, registros e atos administrativos, interessa compreender como a cadeia documental da área foi produzida, intermediada e legitimada por agentes inseridos em posições social, política e institucionalmente relevantes.

O problema de pesquisa pode ser formulado nos seguintes termos: de que modo instituições, parentelas e posições ocupadas por integrantes da classe dominante tradicional paranaense se articularam, entre 1871 e 1945, para produzir eficácia documental e patrimonial

¹ Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); advogado; agência financiadora: CAPES; e-mail: andre.perroud@ufpr.br.

² Pós-Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); docente; e-mail: mharrich@uol.com.br.

no Caso Vila Domitila? A hipótese central sustenta que a cadeia dominial da área não decorreu de dinâmica burocrática neutra, mas da atuação relacional de agentes dotados de capital familiar, político, econômico e institucional, capazes de converter prestígio social e posição pública em autoridade documental. Nessa perspectiva, cartas foreiras, transmissões, leilões, escrituras, registros e atos administrativos não são tratados como evidências autossuficientes, mas como produtos históricos de relações de poder inscritas no interior do Estado e de seus circuitos de consagração.

O referencial teórico articula a sociologia histórica da classe dominante no Paraná, a literatura sobre coronelismo e mando local e a teoria sociológica do Estado. Ricardo Costa de Oliveira e Alessandro Cavassin Alves permitem compreender a política paranaense a partir da centralidade das famílias históricas, da parentela e da reprodução de posições de mando (Oliveira, 2000; Alves, 2014). Monica Helena Harrich Silva Goulart, Maria de Lourdes Monaco Janotti e Maria Isaura Pereira de Queiroz fornecem as mediações para interpretar o coronelismo, os compromissos políticos e as redes de reciprocidade familiar como formas históricas de articulação entre poder privado e poder público (Goulart, 2008; Janotti, 1986; Queiroz, 1969). Já Max Weber e Pierre Bourdieu permitem pensar, respectivamente, a autoridade administrativa e a eficácia simbólica dos atos oficiais como dimensões inseparáveis da produção documental da propriedade (Weber, 1999; Bourdieu, 1991).

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota a prosopografia como estratégia de investigação, compreendida como análise coletiva de trajetórias com base em variáveis comparáveis, como origem familiar, alianças matrimoniais, cargos, posições institucionais e formas de capital (Stone, 1971; Almeida, 2011). O universo prosopográfico é formado por seis agentes centrais do caso: Tertuliano Teixeira de Freitas, Eugênio Ernesto Virmond, Caetano Munhoz da Rocha, Carlos Franco de Souza, João Moreira Garcez e Raul Vaz. O objetivo do artigo é analisar, em chave relacional, como esses agentes participaram da formação, da circulação, da legitimação e do fechamento documental da área. Sustenta-se, assim, que a historicidade da Vila Domitila não pode ser lida apenas como sequência cartorial, mas como expressão de uma engrenagem histórica em que genealogia, instituições e documentação convergem para revelar os mecanismos de produção e reprodução do poder no Paraná.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, RECORTE DOCUMENTAL E UNIVERSO DOS AGENTES

A análise aqui proposta parte da premissa de que a trajetória dominial examinada não pode ser explicada por uma leitura estritamente registral, cronológica ou jurídico-formal. O que está em jogo não é apenas a sucessão de títulos, atos administrativos e registros, mas o modo pelo qual esses documentos foram produzidos, legitimados, intermediados e estabilizados por agentes situados em posições específicas do poder político, administrativo e familiar. Por essa razão, o artigo articula um referencial teórico-metodológico voltado à reconstrução das relações entre classe dominante, parentelas, instituições e produção documental, tomando a prosopografia como método e a sociologia histórica das elites como horizonte interpretativo.

No plano metodológico, o ponto de partida é a prosopografia. Stone define esse método como a investigação das características comuns de um grupo histórico por meio do estudo coletivo de suas vidas, com base em um conjunto uniforme de questões relativas, entre outros aspectos, a nascimento, morte, casamento, família, origens sociais, posição econômica herdada, residência, educação, riqueza, ocupação e experiência em cargos (Stone, 1971). Seu propósito não é a mera acumulação de biografias individuais, mas a identificação de regularidades, diferenças, correlações e estruturas de ação que não se tornam visíveis quando os personagens são tratados isoladamente. No presente estudo, essa estratégia é particularmente adequada porque o problema investigado não se reduz à descrição de indivíduos notáveis, mas exige compreender como diferentes agentes, pertencentes ou vinculados à classe dominante paranaense, atuaram de forma articulada na constituição da cadeia documental da área entre 1871 e 1945.

O uso da prosopografia, entretanto, exige cautelas. Almeida observa que o método não deve ser confundido com simples biografia coletiva, pois sua força analítica depende da delimitação rigorosa do grupo, da comparabilidade das variáveis selecionadas e da qualidade das fontes mobilizadas (Almeida, 2011). A autora também chama atenção para os riscos de classificação apressada, de homogeneização indevida do universo analisado e de passagem automática do dado empírico à interpretação estrutural. Essa advertência é relevante para o objeto aqui examinado, porque os agentes estudados não ocupam posições equivalentes nem desempenham funções idênticas. A prosopografia será empregada, assim, não para nivelar trajetórias, mas para reconstruir comparativamente posições, capitais, alianças e vínculos funcionais distintos no interior de uma mesma engrenagem histórica.

No plano sociológico, a pesquisa se ancora na noção de classe dominante e na centralidade das genealogias familiares para a compreensão da política paranaense. Oliveira demonstra que a formação histórica da classe dominante no Paraná exige observar a articulação entre famílias históricas, propriedade, mercado, Estado e representação política, de modo que a genealogia funciona como instrumento decisivo para compreender continuidades, recomposições e permanências do poder (Oliveira, 2000). Em direção próxima, Alves evidencia que o governo provincial e a ocupação dos cargos eletivos estavam fortemente vinculados à parentela, às chefias ostensivas e à capacidade de determinados grupos familiares de reunir capital econômico, cultural e social para governar (Alves, 2014). Essas contribuições são decisivas porque deslocam o exame da documentação do plano da anedota patrimonial para o plano da estrutura social e política que condiciona a própria produção dos atos oficiais.

Essa chave de leitura é aprofundada pela literatura sobre coronelismo, clientelismo e mando local. Goulart sustenta que a política paranaense da Primeira República deve ser compreendida a partir das relações entre elites, compromissos locais e instituições, e não por meio de oposição simplista entre formalidade estatal e poder privado (Goulart, 2008). Janotti interpreta o coronelismo como política de compromissos fundada em prestígio, mando, intermediação e capacidade de definir candidaturas e atender demandas da clientela (Janotti, 1986). Queiroz, por sua vez, destaca a importância das parentelas extensas, dos casamentos e das redes de reciprocidade na sustentação do mando local brasileiro (Queiroz, 1969). Em complemento, Mansur adverte que o coronelismo não deve ser tratado como categoria homogênea e indiferenciada, mas como forma historicamente situada, dependente da composição concreta das elites e da configuração local do poder (Mansur, 2025). No percurso aqui estudado, essas formulações permitem interpretar documentos e atos administrativos não como eventos neutros, mas como efeitos de uma estrutura política fundada em compromissos, alianças, intermediações e capacidade de mando.

A análise também requer uma teoria da autoridade institucional e da eficácia simbólica dos atos oficiais. Em Weber, a dominação moderna combina legitimidade, administração e monopólio dos meios legítimos de coerção, permitindo compreender os cargos e aparelhos administrativos como posições estruturadas por relações de mando, obediência e competência institucionalmente reconhecida (Weber, 1999). Já em Bourdieu, o Estado aparece como instância produtora de princípios legítimos de classificação, isto é, como poder capaz de transformar o particular em universal por meio da autoridade simbólica dos atos oficiais e da imposição de categorias reconhecidas como neutras e evidentes (Bourdieu, 1991). Essa

aproximação é decisiva para o presente estudo, pois permite sustentar que cartas foreiras, escrituras, leilões, registros e atos administrativos não apenas refletem relações de poder, mas participam de sua fabricação e de sua estabilização, convertendo interesses e posições em realidade documental socialmente reconhecida.

O recorte documental adotado compreende o período entre 1871 e 1945. A escolha desse arco temporal não decorre apenas de conveniência cronológica, mas da própria lógica histórica do percurso dominial analisado. O ponto de partida situa-se na Carta Foreira expedida em favor de Tertuliano Teixeira de Freitas, marco originário da cadeia documental vinculada à futura ocupação da área (CMC, 1871). O ponto final corresponde ao momento em que o imóvel passa a se relacionar com a burocracia previdenciária e estatal em torno da transferência ao IAPC, encerrando etapa decisiva do percurso patrimonial e institucional em exame (3º Ofício de Notas de Curitiba, 1944). Entre esses extremos, o processo atravessa diferentes situações jurídicas, administrativas e políticas, envolvendo concessão de domínio útil, transmissão patrimonial, circulação intermediária, mediações técnico-administrativas e fechamento institucional-documental. Trata-se, portanto, de um recorte suficientemente amplo para permitir a observação de permanências, deslocamentos e recomposições na atuação de agentes pertencentes ou vinculados à classe dominante paranaense.

A delimitação do corpus acompanha essa lógica. O artigo se apoia, em primeiro lugar, na documentação específica da área, especialmente nos materiais já reunidos em torno de sua historicidade, da cadeia dominial e das responsabilidades dos poderes públicos. Em segundo lugar, utiliza o trabalho anterior de prosopografia dos agentes centrais como base empírica já consolidada para a identificação de personagens, funções e vínculos historicamente relevantes. Em terceiro lugar, mobiliza a bibliografia sociológica e histórica sobre classe dominante, parentelas, coronelismo, prosopografia e Estado no Paraná, não como repertório externo ao objeto, mas como chave de interpretação das trajetórias e das estruturas de poder que atravessam a documentação. O corpus, assim, não é homogêneo, mas relacionalmente articulado: documentos dominiais, atos administrativos, sínteses históricas e literatura sociológica são lidos em conjunto para tornar inteligível a engrenagem histórica em exame.

A construção do universo prosopográfico obedece a critério funcional preciso. Os agentes analisados não foram escolhidos por notoriedade abstrata nem por simples prestígio biográfico, mas pela posição que ocupam na cadeia histórica estudada. O universo delimitado é composto por seis personagens: Tertuliano Teixeira de Freitas, Eugênio Ernesto Virmond, Caetano Munhoz da Rocha, Carlos Franco de Souza, João Moreira Garcez e Raul Vaz. O que

os torna comparáveis é sua inserção em momentos decisivos da trajetória documental da área e o fato de desempenharem funções distintas, porém articuladas, em sua formação, circulação, legitimação e fechamento institucional. Tertuliano comparece como personagem originário da cadeia foreira (CMC, 1871); Eugênio Ernesto Virmond, como figura ligada à transmissão patrimonial anterior ao ciclo de 1920 (CMC, 1909); Caetano Munhoz da Rocha, como núcleo de convergência entre prestígio familiar, poder político e reconfiguração patrimonial (3º Ofício de Notas de Curitiba, 1944; Prefeitura Municipal de Curitiba, 1923); Carlos Franco de Souza, como elo intermediário da circulação patrimonial e oligárquica (1º Ofício de Registro de Imóveis de Curitiba, 1920); João Moreira Garcez, como mediador técnico-administrativo na esfera municipal (PMC, 1927); e Raul Vaz, como personagem associado ao fechamento institucional-documental do recorte (3º Ofício de Notas de Curitiba, 1944).

Para tornar comparáveis essas trajetórias, a análise opera com um conjunto delimitado de variáveis: origem social e familiar; alianças matrimoniais e vínculos de parentela; formação escolar e profissional; cargos públicos e posições institucionais; tipo de capital predominante em cada trajetória; e vínculo específico de cada personagem com a cadeia documental da área. A adoção dessas variáveis evita dois riscos metodológicos: o de reduzir a análise a uma narrativa sucessiva de biografias individuais e o de homogeneizar agentes que ocupam posições desiguais no espaço do poder. Ao contrário, a comparação prosopográfica parte justamente da desigualdade entre as trajetórias para demonstrar que tais diferenças não inviabilizam a análise conjunta, mas a tornam produtiva, porque revelam a distribuição funcional de posições diversas em uma mesma estrutura relacional.

Desse modo, os pressupostos teórico-metodológicos, o recorte documental e o universo dos agentes convergem para uma mesma direção analítica: a de que a cadeia documental aqui examinada deve ser lida como produto histórico da atuação de agentes inseridos em redes familiares, posições institucionais e estruturas de dominação próprias da classe dominante paranaense. A prosopografia fornece o procedimento de reconstrução comparativa dessas trajetórias; a sociologia histórica das elites oferece o horizonte para compreender suas continuidades e recomposições; a literatura sobre coronelismo e mando local esclarece a lógica dos compromissos e mediações; e a teoria do Estado permite interpretar a eficácia dos atos documentais como forma específica de consagração do poder.

OS AGENTES CENTRAIS E A ESTRUTURA RELACIONAL DO CASO

A compreensão sociológica do percurso dominial aqui examinado exige que os seis agentes selecionados não sejam lidos como figuras isoladas, mas como posições distintas no interior de uma mesma estrutura relacional. O ponto central da análise não está apenas em identificar quem foram esses personagens, mas em compreender como suas trajetórias, capitais e inserções institucionais se distribuíram ao longo dos processos de formação, circulação, legitimação e fechamento documental da área. O que se observa, portanto, não é a mera soma de biografias individuais, mas a articulação funcional entre agentes que ocupam lugares desiguais, embora complementares, em uma engrenagem histórica de longa duração.

Tertuliano Teixeira de Freitas ocupa o ponto de partida dessa estrutura. Sua relevância decorre de figurar como personagem originário da documentação foreira e de concentrar, já na abertura do percurso, uma combinação entre capital jurídico, projeção política e inserção familiar. Sua presença funciona, assim, como elo de origem dominial e documental, mas também como indício de que, desde o início, a história da área se vinculava a agentes socialmente situados em posições superiores do espaço de poder (Alves, 2014, 2016; Câmara Municipal de Curitiba, 2016; Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, 2026; Correio Mercantil, 1862; Freitas, 2026a, 2026b, 2026c, 2026d; Pinheiro, 2010; UFPE, 2026).

Eugênio Ernesto Virmond representa um segundo momento, marcado pela transmissão patrimonial anterior ao ciclo de 1920. Sua importância analítica reside em associar prestígio familiar, inserção burocrática local e posição patrimonial. Trata-se de personagem de passagem, isto é, de agente por meio do qual a área transita em direção a novo circuito de relações entre patrimônio, administração e poder público. Sua trajetória mostra que esse deslocamento não se deu apenas por atos abstratos de alienação, mas por intermédio de sujeitos dotados de reconhecimento social e capacidade de operar a transmissão do bem em contexto de legitimidade local (Barros, 1878; Câmara Municipal de Curitiba, 2016; O Município, 1898; JFPR, 1871; Virmond, 2026a, 2026b, 2026c, 2026d, 2026e).

É, contudo, em Caetano Munhoz da Rocha que a estrutura relacional encontra seu principal ponto de convergência. Sua centralidade decorre da capacidade de condensar diferentes espécies de capital em uma mesma trajetória: capital familiar, político, relacional e institucional. Oriundo de família tradicional e com inserção destacada na política paranaense, Caetano aparece como personagem em torno do qual diferentes etapas do percurso deixam de parecer desconexas e passam a compor um circuito inteligível. É nele que se articulam, com

maior densidade, a circulação patrimonial, a proximidade com o aparelho estatal e a possibilidade de conversão de posição política em eficácia documental. Por isso, deve ser compreendido como núcleo de convergência político-patrimonial do conjunto (ALEP, 2026a, 2026b; Câmara Municipal de Curitiba, 2016; Camargo, 2026; Carneiro Junior, 2014; Casa Civil, 2026a, 2026b; Cordova, 2015; Dagostim, 2011; Granato, 2017; Pinheiro, 2013; Ramos, 2018; Rocha, 2026a, 2026b, 2026c; Rocha Netto, 2026; Rocha TPL, 2026; Senado Federal, 2026).

Carlos Franco de Souza ocupa, nessa engrenagem, posição intermediária, mas decisiva. Sua importância não está na origem da cadeia nem em sua consolidação final, mas no papel de elo de circulação. É precisamente por isso que sua presença é indispensável ao universo prosopográfico adotado. Carlos permite observar como vínculos familiares, política local e transmissão patrimonial se cruzam de forma concreta. Sua posição evidencia que a circulação da área não se deu por simples deslocamento abstrato de titularidade, mas por intermediações operadas no interior de redes familiares e políticas. Em termos sociológicos, ele torna legível a mediação oligárquica da circulação patrimonial (A República, 1909, 1913; APL, 2026; Câmara Municipal de Curitiba, 2016; Negrão, 1929; Sousa, 2026; Souza, 2026a, 2026b, 2026c; TJRS, 2026).

João Moreira Garcez representa a mediação técnico-administrativa na esfera municipal. Ao contrário de Tertuliano, Eugênio, Caetano e Carlos Franco, sua importância se vincula menos à origem ou à circulação patrimonial da área e mais ao lugar institucional a partir do qual certos atos puderam adquirir forma administrativa legítima. Sua trajetória permite perceber que a produção documental do poder não depende apenas de chefias políticas ou vínculos familiares, mas também da atuação de agentes dotados de competência técnica, posição administrativa e capacidade de operar os mecanismos formais da municipalidade (Garcez, 2026a, 2026b; IEP, 2026; Câmara Municipal de Curitiba, 2016; JFPR, 2026; Pinheiro, 2013; PMC, 2026; Zaruch, 2013).

Raul Vaz, por fim, ocupa o polo de fechamento institucional-documental do recorte. Sua posição é distinta da dos demais porque comparece quando a trajetória da área já se desloca para plano mais diretamente vinculado à burocracia previdenciária e estatal. Se Tertuliano marca a origem, Eugênio a transmissão, Carlos a circulação intermediária, João Moreira Garcez a mediação administrativa e Caetano a convergência político-patrimonial, Raul Vaz aparece como personagem ligado ao encerramento de uma etapa do percurso documental. Sua presença reforça que a cadeia em análise não se esgota na política local ou nas relações familiares

imediatas, mas alcança instâncias administrativas de maior escala (Câmara Municipal de Curitiba, 2016; Costa, 2019; Gazeta do Povo, 2019; Lacerda, 1992; Millarch, 1974; Nossa, 2021; O Dia, 1945a, 1945b; Pereira, 2016, 2020; TCEPR, 2026; Vaz, 2026a, 2026b).

Considerados em conjunto, esses seis agentes não formam grupo homogêneo, nem devem ser interpretados segundo o mesmo critério de protagonismo. A pertinência da comparação reside justamente no fato de que cada um desempenha função específica dentro da mesma engrenagem histórica: origem dominial, transmissão patrimonial, circulação intermediária, convergência político-patrimonial, mediação técnico-administrativa e fechamento institucional-documental. A comparação prosopográfica, assim, não revela apenas diferenças entre trajetórias, mas a complementaridade funcional dessas diferenças no interior de uma mesma estrutura de poder.

É justamente essa articulação que permite afirmar a centralidade relacional de Caetano Munhoz da Rocha. Entre os seis agentes, ele é o personagem que melhor conecta os demais, porque se situa no ponto em que convergem memória originária da área, circulação patrimonial, vínculos familiares, política estadual e efeitos documentais produzidos por instâncias administrativas. Sua centralidade, portanto, não é apenas biográfica ou política, mas estrutural: Caetano funciona como o principal nó de conexão da rede analisada, permitindo que os demais agentes sejam compreendidos não como nomes dispersos em documentos distintos, mas como partes de um mesmo processo histórico.

INSTITUIÇÕES, PARENTELAS E PRODUÇÃO DOCUMENTAL DO PODER

A documentação dominial examinada neste estudo não pode ser lida como simples repositório neutro de fatos jurídicos sucessivos. Cartas foreiras, transmissões patrimoniais, leilões, cartas de data, escrituras e registros são, antes, produtos históricos de relações sociais e institucionais concretas. A inteligibilidade sociológica desse percurso depende menos da existência material dos documentos do que do modo como foram produzidos, autorizados, intermediados e estabilizados por agentes situados em posições de mando político, administrativo e familiar. Nessa perspectiva, a produção documental do poder designa o processo pelo qual determinados atos, formalmente apresentados como administrativos ou registraes, adquirem eficácia social porque são sustentados por redes de prestígio, relações de parentela e posições ocupadas no interior do Estado. Essa leitura se aproxima da formulação de Bourdieu (1991), para quem o Estado não opera apenas por coerção, mas também por meio da

produção de classificações legítimas, capazes de transformar o particular em universal e de conferir aparência de neutralidade a relações historicamente situadas.

No objeto aqui analisado, a autoridade do registro não pode ser separada da autoridade dos agentes que o tornaram possível. A Carta Foreira de 1871, em favor de Tertuliano Teixeira de Freitas, marca o ponto de origem de uma cadeia documental posteriormente atravessada por novas operações patrimoniais e administrativas. A documentação indica, em seguida, a presença de Eugênio Ernesto Virmond na etapa de transmissão patrimonial anterior ao ciclo de 1920, inclusive na venda de parcela expressiva da área ao Estado do Paraná em 1909. Já na década de 1920, o leilão, a circulação por Carlos Franco de Souza, a posterior centralização patrimonial em Caetano Munhoz da Rocha e os atos praticados no âmbito da municipalidade mostram que a cadeia documental não evolui por automatismo formal, mas por intervenção de agentes politicamente situados. Ao final do recorte, a vinculação da área ao IAPC reforça que esse percurso culmina em nova escala de institucionalização, agora associada à burocracia previdenciária estatal.

Essa dinâmica se torna mais clara quando observada à luz das parentelas e das trajetórias dos agentes centrais. Oliveira (2000) demonstra que a classe dominante paranaense deve ser analisada a partir da articulação entre famílias históricas, propriedade, Estado e representação política, de modo que as genealogias funcionam como chave de inteligibilidade das continuidades e recomposições do poder. Alves (2014), por sua vez, mostra que os cargos públicos e os espaços de governo no Paraná oitocentista eram ocupados por indivíduos vinculados a parentelas organizadas para governar. À luz dessa perspectiva, os personagens aqui estudados não comparecem apenas como titulares ocasionais de atos documentais, mas como integrantes ou representantes de redes familiares e políticas mais amplas, capazes de sustentar, legitimar e fazer circular determinados efeitos patrimoniais. A centralidade de Caetano Munhoz da Rocha, por exemplo, não se reduz à sua presença em momento específico da cadeia dominial; ela decorre de sua posição como agente em que convergem prestígio familiar, poder estadual, capacidade de nomeação e reorganização patrimonial. De modo semelhante, Carlos Franco de Souza se torna inteligível como elo intermediário de circulação, inserido em rede de relações que ultrapassa a mera formalidade da transmissão da área.

A literatura sobre coronelismo e clientelismo reforça esse diagnóstico. Goulart (2008) sustenta que a política paranaense da Primeira República se organizava por meio de relações entre elites, instituições e compromissos locais, não havendo oposição absoluta entre poder público e poder privado, mas formas específicas de sua articulação histórica. No mesmo

sentido, Janotti (1986) define o coronelismo como política de compromissos fundada em autoridade, prestígio e intermediação, ao passo que Queiroz (1969) enfatiza a força das parentelas, dos casamentos e das reciprocidades familiares no mando local. Aplicadas à trajetória aqui examinada, essas formulações indicam que a produção documental da propriedade não pode ser explicada por simples regularidade burocrática. O que está em jogo é um ambiente histórico no qual determinados agentes, apoiados em vínculos familiares e em posições institucionais, fazem com que atos formalmente administrativos operem como mecanismos de produção de autoridade patrimonial. A documentação, assim, não é exterior ao jogo político; ela constitui uma de suas formas privilegiadas de objetivação.

Essa leitura ganha maior precisão quando articulada à teoria da dominação e da administração. Em Weber (1999), a dominação moderna se estrutura por relações de obediência legitimada e por uma administração capaz de transformar ordens em práticas eficazes, o que impede tratar cargos e aparelhos institucionais como engrenagens técnicas destituídas de historicidade. Nesse ponto, o papel de João Moreira Garcez é particularmente revelador, porque sua função não está na origem patrimonial da área nem em seu fechamento institucional, mas na mediação técnico-administrativa que permite a determinados atos assumirem forma oficial. A presença desse tipo de agente mostra que a eficácia documental não depende apenas do prestígio familiar ou da chefia política, mas também da atuação de quadros administrativos capazes de conferir forma institucionalmente reconhecida a processos patrimoniais e dominiais. O mesmo se pode dizer, em outra escala, de Raul Vaz, cuja posição no fechamento institucional-documental evidencia o deslocamento da questão para o interior de burocracia estatal mais ampla.

Se Bourdieu ajuda a compreender a força simbólica do documento, Weber permite apreender o papel das estruturas de administração e dos cargos na produção dessa eficácia. Juntos, esses autores oferecem uma chave decisiva para o presente estudo: a de que a propriedade não é apenas um fato patrimonial, mas também um efeito institucional e simbólico. A sucessão de atos documentais deve ser interpretada, assim, como parte de um processo em que redes familiares, posições políticas e instâncias administrativas convergem para produzir reconhecimento e autoridade. Isso explica por que a documentação não pode ser lida como instância autônoma e separada das trajetórias dos agentes. Cada documento importante do percurso da área remete, direta ou indiretamente, a posições ocupadas por personagens que transitavam entre família, política, administração e patrimônio.

Nessa perspectiva, o percurso dominial estudado revela que a produção documental do poder não consiste apenas na emissão formal de títulos ou atos, mas na capacidade de determinadas frações da classe dominante de inscrever seus interesses e posições na materialidade do Estado. A documentação patrimonial, longe de ser simples reflexo do mundo social, participa ativamente de sua organização, pois estabiliza narrativas, reconhece titularidades, consagra posições e torna duráveis certos efeitos de poder. O que essa trajetória mostra, em última instância, é que a propriedade, tal como aparece documentalmente, é também construção histórica mediada por instituições e parentelas. Com isso, a análise se afasta tanto de uma visão puramente cartorial quanto de uma leitura estritamente biográfica e sustenta que a cadeia documental em exame só se torna plenamente inteligível quando lida como produto da articulação entre classe dominante, redes familiares e estruturas institucionais do Paraná.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite concluir que a trajetória dominial examinada entre 1871 e 1945 não pode ser compreendida como simples encadeamento técnico de títulos, registros e atos administrativos. O percurso documental da área revela, antes, a atuação articulada de agentes inseridos em posições desiguais, porém complementares, no interior das estruturas de poder do Paraná. Em vez de um plano cartorial autônomo, o que se evidencia é uma dinâmica em que família, política, administração e patrimônio se cruzam continuamente.

A hipótese central foi, assim, confirmada: a eficácia documental observada nesse processo dependeu da articulação entre parentelas, posições institucionais e capitais sociais e políticos acumulados por integrantes da classe dominante tradicional. Cartas foreiras, transmissões, leilões, cartas de data e registros não aparecem, nessa chave, como meros vestígios formais de uma realidade preexistente, mas como parte do próprio processo de estabilização de direitos, narrativas e hierarquias patrimoniais. A documentação não apenas refletiu relações de poder; ela participou ativamente de sua consagração.

A prosopografia mostrou-se especialmente produtiva para demonstrar esse movimento. A comparação entre Tertuliano Teixeira de Freitas, Eugênio Ernesto Virmond, Caetano Munhoz da Rocha, Carlos Franco de Souza, João Moreira Garcez e Raul Vaz permitiu identificar uma distribuição funcional precisa no interior da engrenagem histórica analisada. Origem dominial, transmissão patrimonial, circulação intermediária, mediação técnico-

administrativa, convergência político-patrimonial e fechamento institucional-documental não aparecem como etapas abstratas, mas como funções desempenhadas por agentes concretos, vinculados a trajetórias familiares e políticas específicas.

Do ponto de vista interpretativo, o estudo também reforça a utilidade de articular prosopografia, genealogia política e sociologia histórica da classe dominante. A leitura de Oliveira (2000) e Alves (2014) permite compreender a centralidade das famílias e das parentelas na organização do poder paranaense. Já Goulart (2008), Janotti (1986) e Queiroz (1969) ajudam a situar esse percurso no interior de formas historicamente determinadas de mando, compromisso e intermediação. Por sua vez, Weber (1999) e Bourdieu (1991; 2012) oferecem os instrumentos para entender, simultaneamente, a importância da administração e a força simbólica dos atos oficiais na fabricação de autoridade.

A principal contribuição do artigo consiste, portanto, em demonstrar que a história documental aqui analisada só se torna plenamente inteligível quando lida como produto da convergência entre classe dominante, redes familiares e estruturas institucionais. Mais do que uma controvérsia sobre propriedade, o que emerge é um observatório privilegiado das formas pelas quais o poder se inscreve em documentos, se legitima por intermédio do Estado e se projeta para além dos agentes que o exerceram em sua formação histórica.

REFERÊNCIAS

1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CURITIBA. Transcrição nº 12.703. Curitiba, 20 dez. 1920.

3º OFÍCIO DE NOTAS DE CURITIBA. Escritura Pública de Compra e Venda. Livro 34, fls. 221. Curitiba, 31 mar. 1944.

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. Cadeira 11 - Patrono: Alfredo Caetano Munhoz. Disponível em: <https://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-11/cadeira-11-patrono/>. Acesso em: 07 abr. 2026.

ALMEIDA, Carla Beatriz de. A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH, São Paulo, 2011.

ALVES, Alessandro Cavassin. A Província do Paraná (1853-1889): A Classe Política. A Parentela no Governo. 2014. 505. Tese de Doutorado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ALVES, Alessandro Cavassin. Vereadores e Juizes de Paz em Curitiba, entre 1856 a 1889: A Força Política das Famílias Tradicionais. Núcleo de Estudos Paranaenses. Curitiba, 2016.

A REPUBLICA. Camaras Municipaes. A Republica, Curityba, 5 jan. 1909. p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/215554/per215554_1909_00003.pdf. Acesso em: 7 abr. 2026.

A REPUBLICA. Pelo Estado: Triumpho. A Republica, Curityba, 15 dez. 1913. p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/215554/per215554_1913_00281.pdf. Acesso em: 7 abr. 2026.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Conheça dos Deputados. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/caetano-munhoz-da-rocha>. Acesso em: 07 abr. 2026.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Presidentes da Assembleia Legislativa. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/assembleia/presidentes>. Acesso em: 07 abr. 2026.

BARROS, José Ferreira de. Almanak Administrativo mercantil e industrial da Provincia do Paraná para o anno de 1877. Rio de Janeiro. Typographia e Lithographia - Carioca, 1878.

BOURDIEU, Pierre. Language and symbolic power. Cambridge. Polity Press, 1991.

CAMARGO, Flora Alves (GZCN-519). Árvore Familiar. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/GZCN-519>. Acesso em: 07 abr. 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Ata da Câmara Municipal de Curitiba. CMC, Curitiba, 21 nov. 1871.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Carta de Transferência de Terreno do Rocio. CMC, Curitiba, 19 jul. 1909.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Cadeia Dominial da Vila Domitila. CMC, Curitiba, 12 ago. 2016. Disponível em: www.curitiba.pr.leg.br/atividade-parlamentar/comissoes-parlamentares-de-inquerito/cpi-vila-domitila/relatorio-final. Acesso em: 07 abr. 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Cadeia Dominial da Vila Domitila. CMC, Curitiba, 12 ago. 2016. Disponível em: www.curitiba.pr.leg.br/atividade-parlamentar/comissoes-parlamentares-de-inquerito/cpi-vila-domitila/relatorio-final. Acesso em: 07 abr. 2026.

CARNEIRO JUNIOR, Renato Augusto et al. Personagens da história do Paraná: acervo do Museu paranaense. Curitiba: SAMP, Museu Paranaense, 2014.

CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Bento Munhoz da Rocha Netto. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Bento-Munhoz-da-Rocha-Netto>. Acesso em: 07 abr. 2026.

CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Caetano Munhoz da Rocha. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Caetano-Munhoz-da-Rocha>. Acesso em: 07 abr. 2026.

CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Tertuliano Teixeira de Freitas. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Tertuliano-Teixeira-de-Freitas>. Acesso em: 07 abr. 2026.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. O Discurso Regional Autorizado de Bento, Brasil e David. Revista NEP, v. 1, n. 1, 2015.

CORREIO MERCANTIL. Notícias Diversas. Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 19 ago. 1862. p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/217280/per217280_1862_A00209.pdf. Acesso em: 7 abr. 2026.

COSTA, Osmani Ferreira da. A formação da TV no Paraná: notas e avaliações da imprensa (1954-1964). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2019, Fortaleza. Resumos. Fortaleza, 2019.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947). Diss. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.

FREITAS, Augusto de (6000000077619618431). Perfil Pessoal. Geni. Localização: <https://www.geni.com/people/Augusto-Teixeira-de-Freitas/6000000077619618431>. Acesso em: 07 abr. 2026.

FREITAS, Fernando Teixeira de. Barão de Itaparica - Antonio Teixeira de Freitas Barbosa. Geneall. Localização: <https://geneall.net/pt/forum/161508/barao-de-itaparica-antonio-teixeira-de-freitas-barbosa/>. Acesso em: 07 abr. 2026.

FREITAS, Tertuliano Teixeira de (99RY-PVF). Árvore Familiar. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/pedigree/99RY-PVF>. Acesso em: 07 abr. 2026.

FREITAS, Tertuliano Teixeira de (99RY-PVF). Perfil Pessoal. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/99RY-PVF>. Acesso em: 07 abr. 2026.

GARCEZ, João Moreira (LBCL-DW6). Árvore Familiar. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/pedigree/LBCL-DW6>. Acesso em: 07 abr. 2026.

GARCEZ, João Moreira (LBCL-DW6). Perfil Pessoal. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/LBCL-DW6>. Acesso em: 07 abr. 2026.

GAZETA DO POVO. Lista de falecimentos. Gazeta do Povo, Curitiba, 18 fev. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/lista-de-falecimentos-9t4asrt0v6skyyyn7dnaztfht5/>. Acesso em: 7 abr. 2026.

GOULART, Monica Helena Harrich Silva. Classe Dominante e Jogo Político da Assembléia Legislativa Paranaense (1889-1930). 2008. 609. Tese de Doutorado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

GRANATO, Natália Cristina. Os senadores do Paraná no contexto da Revolução de 1930: capitais políticos e familiares. Revista NEP, v. 3, n. 1, 2017.

INSTITUTO DE ENGENHARIA DO PARANÁ. João Moreira Garcêz – O primeiro Presidente do IEP. Disponível em: <https://iep.org.br/tbt-iep-joao-moreira-garcez-o-primeiro-presidente-do-iep/>. Acesso em: 07 abr. 2026.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo. Brasiliense. 1986.

JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. 1871 - Juízo dos Feitos, Escrivão da Collônia de Castro. Curityba, 20 jun. 1871. Sala da Memória JFPR. Disponível em: <https://memoriaonline.jfpr.jus.br/uploads/r/justica-federal-do-1o-grau-no-parana/0/c/7/0c77493f6dca6f784685952423c260570f60e4e07e73b162100215e120fbc6e6/DOC01349.PDF>. Acesso em: 7 abr. 2026.

JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. Bernardo Moreira Garcez. Disponível em: <https://memoria.jfpr.jus.br/bernardo-moreira-garcez/>. Acesso em: 7 abr. 2026.

LACERDA, Francisco Brito de. Homem Sêrio. Revista do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, n. 104, p. 13-14, mai. 1992. Disponível em: <https://revista.tce.pr.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/Revista-do-Tribunal-de-Contas-do-Paraná-n.-104-de-Maio-Agosto-de-1992.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2026.

MANSUR, João Paulo. “Ordem do chefe é lei”: O coronelismo de Memórias do coronel Falcão. Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 12, n. 3, p. 70-102, 2025.

MILLARCH, Aramis. Lupion: A Verdade. Curitiba, 20 jun. 1974. Disponível em: <https://millarch.org/artigo/lupion-verdade>. Acesso em: 07 abr. 2026.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia paranaense. Curityba. Imprensa Oficial do Paraná, 1929.

NOSSA, Leonencio. Camadas de Memória. Revista Comunicação e Memória, n. 3, set. 2021. Disponível em: <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/blog/140544/camadas-de-memoria>. Acesso em: 07 abr. 2026.

O DIA. Edital. O Dia, Curitiba, 14 jan. 1945. p. 10. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/092932/per092932_1945_06571.pdf. Acesso em: 7 abr. 2026.

O DIA. Uma visita ao Instituto de aposentadoria e Pensões dos Comerciários do Paraná. O Dia, Curitiba, 22 fev. 1945. p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/092932/per092932_1945_06601.pdf. Acesso em: 7 abr. 2026.

O MUNICÍPIO. Editaes. O Município, Curitiba, 16 jul. 1898. p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720917/per720917_1898_00032.pdf. Acesso em: 7 abr. 2026.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O Silêncio das Genealogias: Classe Dominante e Estado do Paraná (1853-1930). 2000. 495. Tese de Doutorado apresentado ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PEREIRA, Fernando Marcelino. Famílias e poder nos tribunais de contas: uma sociologia política dos herdeiros das classes dominantes. UFPR. Curitiba, 2020.

PEREIRA, Fernando Marcelino. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná: redes sociais, nepotismo e influência política. Revista NEP, v. 2, n. 1, p. 1-5, 2016.

PINHEIRO, Luciana. Caetano Munhoz da Rocha, FGV CPDOC. Rio de Janeiro, 27 mai. 2013.

PINHEIRO, Luciana. Moreira Garcez, FGV CPDOC. Rio de Janeiro, 27 mai. 2013.

PINHEIRO, Luciana. Tertuliano Teixeira de Freitas, FGV CPDOC. Rio de Janeiro, 14 out. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Carta de Transferência de Domínio Pleno. Curitiba, 26 jan. 1927.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Carta de Transferência de Domínio Útil. Curitiba, 29 mai. 1923.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Relação dos Prefeitos de Curitiba. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4>. Acesso em: 07 abr. 2026.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira. Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

RAMOS, Renê Wagner. Contexto Histórico e as influências na formação de Bento Munhoz da Rocha. Revista NEP, v. 4, n. 1, 2018.

ROCHA, Bento Munhoz da (KPQ6-NNR). Perfil Pessoal. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/KPQ6-NNR>. Acesso em: 07 abr. 2026.

ROCHA, Caetano Munhoz da (2MGL-TYC). Árvore Familiar. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/pedigree/2MGL-TYC>. Acesso em: 07 abr. 2026.

ROCHA, Caetano Munhoz da (2MGL-TYC). Perfil Pessoal. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/2MGL-TYC>. Acesso em: 07 abr. 2026.

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA. Nossa História. Disponível em: <https://www.rochalog.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 07 abr. 2026.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da (GQNR-1D8). Perfil Pessoal. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/GQNR-1D8>. Acesso em: 07 abr. 2026.

SENADO FEDERAL. Caetano Munhoz da Rocha. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1525>. Acesso em: 07 abr. 2026.

SOUSA, Capitão Manuel Joaquim de (KG3S-YHG). Ancestrais. FamilySearch. Localização: <https://ancestors.familysearch.org/pt/KG3S-YHG/capitão-manuel-joaquim-de-sousa-1800-1850>. Acesso em: 07 abr. 2026.

SOUZA, Capitão Carlos José Franco d'Oliveira e (9WDH-MBT). Ancestrais. FamilySearch. Localização: <https://ancestors.familysearch.org/pt/9WDH-MBT/capitão-carlos-josé-franco-d'oliveira-e-souza-1829-1907>. Acesso em: 07 abr. 2026.

SOUZA, Carlos Franco de (9JL2-99Q). Árvore Familiar. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/pedigree/9JL2-99Q>. Acesso em: 07 abr. 2026.

SOUZA, Carlos Franco de (9JL2-99Q). Perfil Pessoal. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/9JL2-99Q>. Acesso em: 07 abr. 2026.

STONE, Lawrence. Prosopography. Daedalus, p. 46-79, 1971.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. Histórico. Disponível em: <https://www.tce.pr.gov.br/transparencia-do-tce-pr/institucional/historia/historico.htm>. Acesso em: 07 abr. 2026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Presidência. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/institucional/administracao/presidencia/>. Acesso em: 07 abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Augusto Teixeira de Freitas - O grande jurisconsulto brasileiro. Disponível em: https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/augusto-teixeira-de-freitas-o-grande-jurisconsulto-brasileiro/590249. Acesso em: 07 abr. 2026.

VAZ, Raul Joaquim (L6L9-CRR). Árvore Familiar. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/pedigree/L6L9-CRR>. Acesso em: 07 abr. 2026.

VAZ, Raul Joaquim (L6L9-CRR). Perfil Pessoal. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/L6L9-CRR>. Acesso em: 07 abr. 2026.

VIRMOND. Pesquisa. Geneanet. Localização: https://pt.geneanet.org/fonds/individus/?categories_1%5Barbres%5D=arbres&categories_2%5Barbres%23utilisateur%5D=arbres%23utilisateur&go=1&nom=VIRMOND&page=1&size=50&sourcename%5B0%5D. Acesso em: 07 abr. 2026.

VIRMOND, Eugenio Ernesto (MNRZ-66T). Árvore Familiar. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/pedigree/landscape/MNRZ-66T>. Acesso em: 07 abr. 2026.

VIRMOND, Eugenio Ernesto (MNRZ-66T). Perfil Pessoal. FamilySearch. Localização: <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/details/MNRZ-66T>. Acesso em: 07 abr. 2026.

VIRMOND, Eugenio Ernesto de (6000000034546336933). Perfil Pessoal. Geni. Localização: <https://www.geni.com/people/Eugenio-Ernesto-de-Virmond/6000000034546336933>. Acesso em: 07 abr. 2026.

VIRMOND, Friedrich Leonhard Wilhelm (KLJ1-VVM). Ancestrais. FamilySearch. Localização: <https://ancestors.familysearch.org/en/KLJ1-VVM/friedrich-leonhard-wilhelm-virmond-1791-1876>. Acesso em: 07 abr. 2026.

ZARUCH, Júlio. Instituto de Engenharia do Paraná - Um pioneiro a caminho do centenário. Curitiba. Instituto de Engenharia do Paraná, 2013.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. vol. 2. Editora UNB, 1999.